

# Falta organizar o pacote. Opinião do banqueiro.

Normais, porém carentes de decisões complementares. Foi assim que o setor financeiro carioca classificou ontem as medidas econômicas anunciadas anteontem. Segundo o vice-presidente do Unibanco, Marcílio Marques Moreira, por exemplo, "não se esgotaram outras medidas que possam surgir, agora com sentido mais programático, ou seja, estabelecendo um programa mais detalhado".

Por sua vez, o presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais, Célio Borja, elogiou a decisão de se manter a correção cambial atrelada à variação das ORTN, por entender que isso permitirá deflacionar a dívida pública ao mesmo tempo em que reorientará os detentores de ORTN com correção cambial para aplicações mais diretamente ligadas ao setor produtivo.

Segundo explicou Célio Borja, no dia em que se aproximarem os juros do sistema financeiro aos juros dos rendimentos em atividades produtivas, como indústria, comércio e agricultura, "será provável que os investimentos também se aproximem das opções produtivas".

Quanto ao pacote das estatais, os empresários destacaram que o governo não tinha outra alternativa. Enquanto Marques Moreira considerava que ainda é cedo para uma avaliação mais detalhada, Célio Borja afirmava que "o pacote é o que o governo podia fazer no momento, tendo em vista, sobretudo, a reação do próprio pessoal das estatais".

O senador e ex-ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, do PMDB de São Paulo, deu ontem a sua opinião ao plenário do Senado sobre o pacote econômico do governo: com essas medidas, a inflação não será debelada, e os efeitos dessas mesmas medidas vão penalizar exclusivamente os assalariados, não recaindo em nada sobre os beneficiários do modelo econômico vigente no País.

O senador apresentou ao plenário dados do Banco Central mostrando que a participação dos salários na renda nacional não sobe a 60%, conforme garantem as autoridades financeiras para justificar o expurgo no INPC. Ao contrário, a cifra é bem menor: apenas 20,3% da renda nacional.

Durante alguns meses mais, assegura o senador, haverá continuidade do modelo exportador, enquanto a maioria da população empobrecida será vítima da arrecadação de recursos. No entanto, advertiu, a capacidade de contribuição dos trabalhadores está praticamente esgotada.

O presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB), Humberto Costa Pinto, entretanto, acha que o expurgo na correção monetária permitirá o incremento das exportações, o que, para ele, é "uma das maneiras mais realistas de o Brasil soberanamente obter as divisas com as quais pagará parte de sua dívida externa".

Segundo ele, o problema fundamental do País é a inflação, pois ela "desequilibraria toda a economia e a produção para exportação". Costa Pinto defendeu com total entusiasmo as medidas do governo, sob a alegação de que o processo realimentador da inflação através da indexação "é simplesmente um suicídio".